

Reflexão

Somos ou não Europeus?

Václav Havel

O antigo dissidente e actual presidente da República Checa, reflecte aqui, num discurso (de que publicamos alguns excertos) pronunciado no Parlamento Europeu, em Fevereiro de 2000, sobre a identidade europeia.

Existe ou não no consciente europeu, para além da noção e do sentimento de «pertença nacional», uma «pertença europeia» de carácter semelhante que se lhe acrescenta? Esta interrogação – saber se os Europeus se consideram realmente Europeus ou se isso não passa de um mito, de uma construção teórica que procura erigir em «estado de alma» o que não passa de uma circunstância ditada pela geografia – põe-se, entre outras coisas, a propósito de saber qual a medida em que os Estados nação podem e devem transferir soberania para os órgãos colectivos da União. Muitos chamaram a atenção para as consequências funestas que adviriam se o familiar e enraizado conceito de «pertença nacional» cedesse apressadamente o passo a um nebuloso e quiçá quimérico conceito de pertença europeia.

Em que ponto estamos pois quanto a sermos ou não sermos Europeus? Quando me pergunto quais os laços me ligam à Europa e até que ponto me sinto europeu, a primeira reacção é de algum espanto por só agora, sob a pressão de questões e tarefas políticas da ordem do dia, ponderar verdadeiramente esta questão. Porque não se me terá posto há muitos anos, quando principiei a descobrir o mundo, e a reflectir sobre ele e sobre mim próprio? Talvez por ter achado que a minha pertença europeia era questão superficial e de pouca monta que não merecia cuidado ou reflexão. Ou talvez por ter considerado que os laços de pertença, por limpidamente evidentes, dispensavam introspecção, questionamento ou mesmo formulação. Parece-me mais certa esta última razão: de tão obviamente europeias, nunca me ocorreu encarar as minhas raízes desse modo, nem dei importância a pensá-las como tal ou considerar o meu pensamento como que ligado ao nome de um continente. E mais ainda, creio bem que, nos tempos de juventude, me teria achado um tanto ridículo se tivesse tido a ideia de escrever ou declarar que era europeu, que me pensava e definia como tal, ou mesmo se tivesse explicitado nesses termos uma

orientação europeia. Teria decerto achado na altura uma tal manifestação pomposa e assaz lamentável, uma expressão, diferente apenas no pedantismo, de um certo patriotismo que sempre me repugnou na sua variante de cunho nacional.

Por outras palavras: ser europeu era para mim tão natural que nunca me dediquei sequer a pensar nisso. O mesmo se passa, creio, com a maior parte dos Europeus: são intrinsecamente Europeus, mas não têm consciência disso; não se designam a si próprios como Europeus, e quando a pergunta é formulada nas sondagens mostram-se um tanto surpresos por se verem subitamente instados a exprimir em palavras o sentimento de pertença europeia.

É pena que o europeísmo consciente tenha entre nós tão pobre tradição, e ainda bem que a consciência europeia começa agora a despegar-se do magma informe das inferências demasiado óbvias. Quando nos interrogamos e reflectimos sobre ele procurando discernir-lhe a essência, damos um importante contributo à consciência que temos de nós próprios. E isto é da mais alta importância, tanto mais que vivemos hoje num mundo multicultural e multipolar, em que a capacidade de reconhecer a identidade própria é a primeira condição de uma sã convivência com as identidades alheias.

O acervo de valores basilares da Europa, tal como a rica história política e espiritual do continente os foi forjando, e que outras partes do mundo adoptam hoje como seus, é claro a meu ver. Consiste no respeito por cada ser humano, e pela liberdade do homem; no princípio da solidariedade; no primado do direito e na igualdade perante a lei; na protecção de todas as minorias; nas instituições democráticas; na separação do poder judicial, executivo e legislativo; no sistema político pluralista; no respeito pela propriedade e pela iniciativa privada e na economia de mercado; e na promoção da sociedade civil. A formulação actual destes valores reflecte também as inúmeras experiências europeias, e o facto de que o nosso continente se torna uma importante encruzilhada da multiculturalidade.

A ideia de convivência europeia que hoje toma corpo tem naturalmente de incluir uma generalizada e permanente atenção aos sintomas e às manifestações de egoísmo nacional, xenofobia e intolerância racial. Um dos capítulos mais amargos na história recente da Europa foi a política de apaziguamento, que deu em Munique lugar à capitulação perante o mal. Esta experiência constitui um forte alerta para a constante necessidade de

vigilância. O mal deve ser combatido à nascença, e não basta para isso a acção dos governos. A acção do governo deve reflectir consonância com o sentimento público.

A civilização instrumental cujas primícias surgiram em solo europeu, e que sofreu decisiva influência da esfera civilizacional euro-americana, estende-se hoje a todo o planeta. A Europa tem pois particular responsabilidade em velar pelo estado dessa civilização. Esta responsabilização não pode porém voltar a manifestar-se na exportação forçada dos nossos próprios valores, ideias e características para o resto do mundo. Muito pelo contrário: a Europa deve começar, enfim, por olhar para si própria e dar o exemplo que outros seguirão se assim quiserem, sem terem porém a obrigação disso.

A noção contemporânea de que o progresso material e o crescimento é uma constante da vida, assente no pressuposto que o homem é senhor do universo, constitui o reverso, a face contrária à tradição do espírito europeu. Esta noção determina em parte a natureza das modernas ameaças à nossa civilização. Quem melhor do que a própria Europa para combater vigorosamente essas ameaças, o continente donde partiu esse movimento inteiramente unívoco civilizador do mundo?

É vital que a Europa se interrogue fundamente sobre a dualidade do seu legado mundial, neste tempo em que uma época sucede a outra. A lição que a Europa deu ao mundo não são apenas os direitos do homem – a nós se deve também o holocausto; impulsionámos não apenas a revolução industrial e mais tarde a revolução da informação, mas também a moderna displicência com que, em nome do enriquecimento material, o homem devasta a natureza, esgota os seus recursos e polui como nunca antes a atmosfera do planeta; propiciámos enormes avanços da ciência e da técnica, mas, ao mesmo tempo, desperdiçámos elementos essenciais e globais da experiência humana que levaram milénios a formar.

A Europa deve principiar consigo própria. Pode adoptar um padrão de vida mais frugal, e regressar ao que de melhor há nas suas tradições – honrar a ordem que rege o universo como algo que transcende a espécie humana, e reger-se por uma ordem moral que dela constitua emanção. A humildade, a bondade; o respeito por aquilo que transcende o nosso entendimento; o preito de solidariedade com os outros; o respeito pela diferença; a disposição em fazer sacrifícios a que só a eternidade, que silenciosamente nos contempla pelos olhos da consciência, dará valor. Estes são a meu ver valores que podem e devem constituir a plataforma europeia quando a Europa envereda pela senda da unificação.

Os mais terríveis acontecimentos do século XX – duas guerras mundiais, o totalitarismo fascista e comunista – foram inteiramente, ou quase, obra da Europa. Por outro lado, este século foi marcado por três acontecimentos de enorme envergadura, que não podem no entanto ser-lhe inteiramente atribuídos: o fim da dominação colonial, o fim da cortina de ferro e o advento da integração europeia. A quarta grande tarefa que a Europa tem de enfrentar é a de mostrar ao mundo que os perigos que se geram nesta civilização contraditória podem ser conjurados. Muito gostaria que o país em que nasci colaborasse como membro de parte inteira nesta grande esforço.

Excertos do discurso pronunciado no Parlamento Europeu, Estrasburgo, Fevereiro de 2000.